

A Batalha do Atlântico e a
posição de Argentina, Brasil
e México vis-à-vis a Segunda
Guerra Mundial

The Battle of the Atlantic
and Argentina's, Brazil's and
Mexico's Stance vis-à-vis
World War II

La Batalla del Atlántico y la
posición de Argentina, Brasil
y México frente a la Segunda
Guerra Mundial

Vágner Camilo Alves¹

Resumo: A Segunda Guerra Mundial tornou-se conflito global no fim de 1941 / início de 1942, afetando todos os Estados soberanos do planeta. No continente americano, a hegemonia estadunidense implicou a construção de um bloco de poder homogêneo formado por todas as repúblicas latino-americanas independentes, que romperam relações diplomáticas com os países do Eixo até o fim de janeiro de 1942, salvo Argentina e Chile. A partir desse momento, a guerra submarina alemã e italiana contra os Aliados, realizada no Atlântico Norte, estendeu-se até a costa do continente americano, afetando toda a navegação comercial da região. Sua natureza irrestrita responde em grande medida pelos momentos de declaração de guerra do México e do Brasil. A Argentina é exceção à regra. Seus navios foram poupados a despeito de alguns ataques. Por isso o país conseguiu manter sua neutralidade. O artigo, com sua visão sistêmica, contrapõem-se a explicações internas e personalistas acerca das respectivas declarações de guerra e da neutralidade dos países examinados. **Palavras-chave:** segunda guerra mundial; batalha do atlântico; Brasil; México; Argentina.

Abstract: World War II became a global conflict at the end of 1941 / beginning of 1942, affecting all sovereign states on the planet. On the American continent, U.S. hegemony implied the building of a homogeneous power bloc made up of all independent Latin American republics, which broke diplomatic relations with the Axis Powers until the end of January 1942, with the exception of Argentina and Chile. Thenceforth, the German and Italian submarine warfare carried out in the North Atlantic against the Allies expanded to the coast of the American continent, affecting all commercial shipping there. Its unrestricted nature largely accounts for the moments of Mexico's and Brazil's declaration of war. Argentina was an exception, with

its ships spared, despite some attacks. Therefore, it could keep its neutrality. The paper, with its systemic view, counters domestic and personalistic explanations about the respective declarations of war and the neutrality of the countries examined. **Keywords:** world war ii; battle of the atlantic; Brazil; Mexico; Argentina.

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente [...].

Karl Marx, *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*.

A Segunda Guerra Mundial foi o primeiro, e único, conflito total e global da história da humanidade. A guerra progressiva, lutada entre 1914-18, tem caráter semelhante, mas não foi inteiramente global, seja por envolver primordialmente potências europeias durante a maior parte de sua duração, seja pelos apetrechos tecnológicos usados ainda não apresentarem raio de ação transcontinental. O segundo conflito, por seu turno, uma vez tornado mundial em 1941, após o início da Operação Barbarossa, em junho, e o ataque à base norte-americana de Pearl Harbor, em dezembro, foi lutado em todo o globo. Ações militares ocorreram no Norte da África, no Oriente Médio, na Birmânia e nas Ilhas do Pacífico Central e na Melanésia. Em termos marítimos, combates ocorreram em todos os grandes oceanos, com destaque para o Pacífico e o Atlântico.

A abrangência global do conflito, com o envolvimento de todas as grandes potências então existentes, levou ao envolvimento da maior parte das nações soberanas na guerra. Mesmo os ditos países neutros tomaram atitudes bem distantes da posição formal de neutralidade pregada pelos manuais de direito internacional, em razão das pressões que a dinâmica da guerra exercia. Nas palavras do historiador John Keegan (1996, p. 31),

A Segunda Guerra Mundial envolveu como participantes todos os estados existentes em 1939, com a exceção da Suécia, Suíça, Portugal, Espanha, Irlanda, Islândia, Groenlândia, Afeganistão, Tibete, Mongólia e Iêmen. Mesmo a Turquia, o estado europeu mais prudente diplomaticamente, declarou guerra à Alemanha em 1º de março de 1945; mesmo a Argentina, o estado sul americano menos anti-Eixo, declarou guerra ao Japão em 8 de fevereiro (sic). Além disso, Portugal, Islândia e Groenlândia foram mais ou menos envolvidos em 1941-42 (sic), por moto próprio, fornecendo bases para a Aliança Anglo-Americana, enquanto a produção industrial da Suécia foi submetida, à força, à Alemanha, após a derrota da Dinamarca e da Noruega em abril de 1940. Talvez, entre os

Estados adjacentes aos teatros de guerra, somente a Suíça, cujo não-envolvimento era útil às duas grandes coalizões inimigas, a Irlanda e a Espanha podem ser consideradas como neutras de fato [...] A Segunda Guerra Mundial foi verdadeiramente uma guerra mundial, envolvendo todos os Estados e Impérios existentes [...] Qualquer história da Segunda Guerra Mundial é, assim, uma história do mundo entre 1939 e 1945.²

O continente americano foi o único a não ter em seu solo batalhas terrestres. Não obstante isso, a guerra chegou à região pelo mar. O Canadá, como *dominion* britânico, entrou na guerra já em 1939, após o ataque alemão à Polônia e a consequente declaração de guerra do Reino Unido. Os Estados Unidos, uma vez formalmente na guerra, levaram, com ações diplomáticas nos marcos da Política de Boa Vizinhança (*Good Neighbor Policy*) e pressões mais ou menos explícitas, ao envolvimento de todas as repúblicas Latino-Americanas na guerra. Conforme já citado, mesmo a Argentina, o país menos acorde com a hegemonia norte-americana na região, declarou guerra à Alemanha e ao Japão no apagar das luzes do conflito.

O objetivo desse artigo é analisar a atitude dos principais Estados Latino-Americanos, Argentina, Brasil e México, vis-à-vis a guerra mundial. Mais especificamente, pretende-se examinar o papel da Batalha do Atlântico na posição diplomática tomada pelos governos de cada um desses países. Ou seja, almeja-se explicar a contínua neutralidade argentina durante a maior parte do conflito e as declarações de guerra de México e Brasil em 1942, respectivamente em maio e agosto, a partir das injunções da maior batalha naval ocorrida naquele conflito. Corolário da análise é o fortalecimento do papel decisivo que a dinâmica da grande guerra teve nas decisões tomadas pelos respectivos governos, seja na manutenção da neutralidade, como feito pela Argentina, seja formalizando a beligerância nos respectivos momentos que o fizeram, casos do México e do Brasil. Trata-se de um olhar sistêmico que diminui o papel autônomo dos agentes políticos desses países, algo reificado nas literaturas nacionais que apresentam análises centradas internamente.

Convém destacar que se reconhece as especificidades da política interna

de cada um desses países nas histórias mais amplas de suas interações com a Segunda Guerra Mundial. Este conflito teve um cariz ideológico muito distinto daquele da Grande Guerra de 1914-18. Ele dividiu as sociedades de cada um dos países aqui examinados, com simpatizantes internos pelos Aliados e pelo Eixo em cada um deles. O objetivo almejado, entretanto, é apresentar como as injunções da guerra total e global impactaram na posição dos respectivos países. A lente de análise aqui esposada parte de uma perspectiva de fora para dentro. Busca entender a posição de cada um dos três Estados na guerra, no momento estudado, a partir do princípio científico da “Navalha de Ockham”, para o qual a parcimônia na explicação de um fenômeno é benfeitoria, desde que seu potencial explicativo seja elevado.

Parte da originalidade deste trabalho está também em dois aspectos ligados às fontes consultadas. Em primeiro lugar, o artigo incorpora criticamente a copiosa e diversa produção bibliográfica, tanto acadêmica como jornalística e investigativa, produzida no Brasil no século XXI sobre o tema (Alves, 2002; Cruz, 2017; Ferrer, 2013; Gomes Filho, 2006; Monteiro, 2013; Mros, 2023; Pereira, 2015; Rahmeier, 2009; Sander, 2007). Além disso, e vinculado à lente teórica sistêmica adotada, que torna desejável um desenho de pesquisa comparativo sobre as ações dos atores regionais tratados, examinou-se também bibliografia produzida nos países Latino-Americanos destacados ou aquelas sobre eles escritas por especialistas estrangeiros (Bazúa, 2018; Castrillón; Casabal, 2013; Gleizer, 2016; Humphreys, 1982; Palencia, 1992; Schuler, 1998; Tulchin, 1990). Trata-se de material que pouco destaque tem na produção acadêmica nacional, mas que aqui tem papel fundamental para o avanço da análise pretendida.

O artigo está estruturado da seguinte forma. Após esta introdução, é apresentado resumida e holisticamente panorama sobre o subcontinente Latino-Americano, do início da guerra na Europa até a entrada dos Estados Unidos no conflito. Em seguida a relação entre a entrada dos Estados Unidos na guerra e a ampliação da Batalha do Atlântico será demonstrada, com foco no ano de 1942, quando as atividades submarinas do Eixo concentraram-se nas costas do continente americano, afetando toda a navegação comercial realizada na região. Será tratada, então, a reação de cada país objeto de análise

em face dos contínuos ataques perpetrados pelos submarinos do Eixo contra embarcações nacionais. Finalmente, o argumento principal do trabalho é sintetizado, demonstrando-se sua validade para explicar o comportamento dos Estados estudados vis-à-vis a guerra mundial que grassava. Uma curta conclusão fecha o texto.

Constituição do bloco de poder norte-americano sobre o Hemisfério Ocidental.

Vinte e uma repúblicas, mais o Canadá, compunham o continente americano em termos de unidades políticas soberanas antes do início da guerra na Europa. A América Latina, com seus vinte países independentes habitados por aproximadamente 125 milhões de pessoas, compunha conjunto heterogêneo, seja em termos de tamanho territorial e populacional, seja em seu histórico de ocupação. Um aspecto, entretanto, unia a região; todas as economias eram organizadas no modelo primário-exportador, dependentes da venda de bens agrícolas e minerais e da importação de produtos industrializados e do aporte de capital por parte das grandes potências europeias e/ou dos Estados Unidos (Humphreys, 1981).

Este último país, também situado na região, discrepava muito das demais repúblicas. Com uma população de mais de 138 milhões de habitantes e economia industrial desenvolvida, era já a maior potência do mundo capitalista, não obstante ainda sofrer os efeitos da grande depressão de 1929.⁵ O governo de Franklin Roosevelt, empossado em 1933, herdou dos governos republicanos que o antecederam política externa isolacionista em relação às grandes questões políticas mundiais. Sua posição contrária às potências do Eixo, entretanto, já se manifestara no “discurso da quarentena”, em outubro de 1937, quando indicou, sem nomear, que a paz mundial era ameaçada por uma minoria que precisava ser isolada. Discursos, entretanto, não afetaram consideravelmente a política externa nacional até o início da guerra na Europa, em setembro de 1939. A partir de então Roosevelt foi paulatinamente livrando-se dos entraves neutralistas que impediam apoio mais decidido aos países que lutavam contra Alemanha, Itália e Japão. Sua reeleição para um inédito terceiro mandato, em

novembro de 1940, acelerou esse processo. Como resultado disso, no fim do segundo semestre de 1941, as forças armadas do país estavam em estado de quase beligerância contra o Eixo.⁴ O ataque a Pearl Harbor e a declaração de guerra da Alemanha e Itália, dias depois, levou o país formal e decididamente à guerra (Kissinger, 1994).

As relações interamericanas, histórica e profundamente assimétricas, não foram afetadas pela política isolacionista vigente nos anos 1930s. A região era área de influência direta estadunidense desde o corolário Roosevelt da Doutrina Monroe, proferido no início do século XX. FDR havia alterado o *modus operandi* no trato com os vizinhos, acabando com intervenções militares na bacia do Caribe e inaugurando a chamada Política de Boa Vizinhança. A diplomacia e a composição de interesses consistiam inteligente instrumento para consolidação de um bloco de poder hemisférico norte-americano, algo que ganhava mais e mais relevo uma vez que novo conflito militar mundial se desenhava.

As conferências hemisféricas realizadas no período indicam a preocupação estadunidense. Conscientes de que as ações revisionistas alemãs na Europa não seriam contidas pela diplomacia, os Estados Unidos, na Conferência Pan-americana de 1938, em Lima, propuseram que a provável guerra que irromperia deveria levar todas as repúblicas a reunirem-se para decidir posição comum em face da crise. Três reuniões de consultas entre chanceleres americanos ocorreram entre 1939 e 1942, cada uma delas era consequência de uma crise internacional. A primeira, realizada no Panamá em setembro-outubro de 1939, seguiu-se ao início da guerra na Europa, opondo Alemanha ao Reino Unido e à França. Levou à posição conjunta de neutralidade hemisférica em face do conflito, neutralidade esta que se estendia ao litoral atlântico dos Estados americanos até 300 milhas náuticas de distância de seus litorais. A segunda reunião de chanceleres ocorreu logo após a vitória alemã sobre a França, em junho de 1940. Realizada em Havana, a preocupação maior de Washington passara da neutralidade para a defesa. Roosevelt sempre repetira que a marinha britânica e o exército francês eram as principais barreiras ao domínio alemão da Europa. Com a derrota da França, uma dessas barreiras havia sido superada. Era preciso ao menos impedir que colônias situadas nas Américas, da França e

de demais países ocupados pelas forças alemãs, caíssem sob domínio do Eixo. A terceira reunião seguiu-se à entrada formal dos Estados Unidos na guerra depois dos ataques japoneses de dezembro de 1941. Foi realizada no Rio de Janeiro, no início de 1942, e almejava consolidar o bloco de poder estadunidense sobre todo o hemisfério. Nela os Estados Unidos conseguiram o apoio retórico de todos os países e a ruptura de relações diplomáticas deles com o Eixo, exceções feitas à Argentina e ao Chile (Alves, 2002).

A preocupação com a própria defesa, em face das vitórias alemãs na Europa, levou a ações diplomáticas bilaterais, direcionadas em especial aos países estrategicamente importantes para a defesa norte-americana. A área a ser preservada tinha o Canal do Panamá como ponto nevrálgico. Sua defesa tornava fundamental a garantia de acessos e bases no Caribe, México e Brasil para as forças armadas norte-americanas. O saliente nordestino brasileiro era, levando-se em conta a tecnologia de transportes da época, a rota aérea mais curta e segura entre o hemisfério ocidental e a África. As vitórias militares do Eixo em 1940 tornavam uma arremetida em direção às Américas, via colônias francesas na África ocidental, sob controle do governo colaboracionista de Vichy, uma preocupação. Acordos acerca de direitos de passagem e mesmo construção e reformas de aeroportos foram negociados no período. A Política de Boa Vizinhança tornou possível a negociação dos alinhamentos por parte dos governos de países Latino-Americanos estrategicamente importantes. Brasil e México destacavam-se, como veremos mais detalhadamente a seguir.⁵

Ambos, a despeito de governados por regimes políticos distintos, acabaram angariando ganhos político-econômicos notáveis em seus respectivos processos de composição com a potência norte-americana: o Brasil com o financiamento e auxílio técnico para construção de sua siderúrgica nacional; e o México com a resolução definitiva, em benefício dos mexicanos, do litígio causado pela nacionalização das empresas petrolíferas estrangeiras em seu território, ação realizada em 1938, no governo de Lázaro Cárdenas (Alves, 2002; Gleizer, 2016).

A guerra mundial chegou às Américas da única forma possível então: pelo

mar, por intermédio de ataques de submarinos do Eixo. A Batalha do Atlântico, iniciada em setembro de 1939 e circunscrita inicialmente, do ponto de vista dos U-boats, apenas às águas circundantes à França e ao Reino Unido no Atlântico Norte, ganhou área de atuação muito mais ampla. O almirante Doenitz, comandante da força de submarinos alemã e maior defensor do uso da arma no governo, propugnava por ação a mais ampla e irrestrita possível. Estava ciente de que a destruição da frota mercante aliada tinha efeitos que iam muito além de sua área de ocorrência. Ela afetava toda a rede de abastecimento e comunicações do inimigo (Mason, 1975). Corolário disso foi sua extensão a todo o hemisfério ocidental como área de atuação para os U-boats e a liberdade para atacar o maior número de navios mercantes inimigos possível, conforme veremos a seguir.

O ano de 1942 tornou-se o mais crítico nessa batalha. Nele os Aliados perderam 7,8 milhões de toneladas de sua frota mercante, 6,3 milhões afundados por submarinos do Eixo. Mesmo com a incrível produção de sete milhões de toneladas de novos navios, em razão da ação dos estaleiros norte-americanos, o volume total de tonelagem aliado decresceu. Não sem motivos a ameaça submarina foi apontada como a mais perigosa na Conferência anglo-americana de Casablanca, em janeiro de 1943, e todos os esforços passaram a ser envidados para derrotá-la (Kennedy, 2014).

México, Brasil e Argentina em face da guerra no Atlântico.

As declarações de guerra de México e Brasil têm causas similares. Ambos os países romperam relações diplomáticas com o Eixo e, com a extensão da Batalha do Atlântico para a costa do continente americano, tiveram navios mercantes afundados por U-boats, eventos catalizadores das respectivas declarações de guerra. Quanto à Argentina, tanto o rompimento de relações diplomáticas, em 1944, quanto a tardia declaração de guerra em 1945, não tem relação com as ações navais alemãs e italianas no oceano Atlântico. Vejamos agora, de modo mais minucioso, a relação causal existente entre as injunções dessa batalha e as decisões tomadas pelos governos dos três países.

O governo mexicano rompeu relações diplomáticas com o Eixo poucos dias depois do ataque japonês a Pearl Harbor e da declaração de guerra da Alemanha e da Itália aos Estados Unidos, em dezembro de 1941. O presidente Manuel Ávila Camacho, empossado em dezembro do ano anterior, em discurso em nove de dezembro deixou clara a posição de seu país após a entrada dos Estados Unidos na guerra. Nas suas palavras, “[...] a despeito das circunstâncias não nos obrigarem a atos formais de beligerância [...] a América está em perigo. O México está em perigo [...], todos nós devemos nos unir ao redor da gloriosa bandeira da República” (Camacho *apud* Schuler, 1998, p. 197). As medidas tomadas antes mesmo da ruptura de relações diplomáticas, mas especialmente após, indicavam não estrita neutralidade, mas neutralidade beligerante. Em abril de 1941 navios de bandeira alemã e italiana, internados em portos mexicanos, foram confiscados, o que causou protestos do governo alemão. Nesse mesmo mês, acordos possibilitaram o uso de bases aéreas mexicanas por aeronaves militares estadunidenses em rota para o Canal do Panamá. Depois da ruptura com o Eixo, portos e bases passaram a receber militares norte-americanos sem problemas, o que até então não faziam. Uma Comissão de Defesa Conjunta México-EUA foi anunciada em 12 de janeiro de 1942. Ativos de cidadãos do Eixo foram congelados e seus processos de naturalização suspensos. Esforços para coibir espionagem e ações pró-Eixo foram aprovadas pelo Congresso mexicano (Humphreys, 1982; Zagni, 2012).

A mudança de posição do governo desde a expropriação das companhias petrolíferas britânicas e norte-americanas, em março de 1938, foi completa. Lázaro Cárdenas, presidente entre 1934 e 1940, não tinha qualquer simpatia pelas potências do Eixo. O México foi bastante atuante na Liga das Nações protestando contra as agressões do Japão, Itália e Alemanha, em relação respectivamente a China, Abissínia e Áustria. O apoio aos republicanos na Guerra Civil Espanhola e o rechaço ao fascismo tornou o país refúgio de milhares de perseguidos políticos após a vitória de Franco naquela guerra, em 1939. Entretanto, isso não impediu que ele buscasse, como novos parceiros econômicos, os países europeus do Eixo quando as democracias impuseram um bloqueio ao recém-nacionalizado petróleo mexicano. As más relações com

norte-americanos e ingleses levaram o México a exportar, entre 18 de março de 1938 e 3 de setembro de 1939, 1,3 milhões de toneladas de óleo para a Alemanha. O país respondeu por aproximadamente 2/3 do petróleo mexicano exportado, cessando somente quando o bloqueio naval britânico impediu o prosseguimento do comércio. O governo Cardénas chegou mesmo a romper relações diplomáticas com o Reino Unido em 1938, laços refeitos somente em outubro de 1941. Roosevelt, atento ao desenrolar da guerra na Europa e preocupado em consolidar sua esfera de poder no hemisfério ocidental de modo pouco conflituoso, mudou o tom com o início da guerra, chegando a qualificar a postura das empresas petrolíferas pátrias como antinacionalistas. Negociou acordos indenizatórios benéficos ao México, contrários às demandas das empresas petrolíferas norte-americanas. Eles foram assinados em novembro de 1941 (Bazúa, 2018; Gleizer, 2016; Humphreys, 1981).

Assim, o México, “[...] um espectador dos eventos em 1939, moveu-se em 1940 e 1941 de posição passiva para uma ‘neutralidade beligerante’ mais e mais harmônica com os Estados Unidos; e da neutralidade beligerante não foi um passo longo para a guerra” (Humphreys, 1982, p. 37).

Esse “passo curto”, entretanto, foi dado em resposta à ação dos U-boats no Golfo do México. Em oito de dezembro, Hitler autorizara oralmente ataques a qualquer navio estadunidense, antes, portanto, da declaração formal de guerra, no dia 11 (Weinberg, 1994). Uma operação de ataque a navios no litoral norte-americano foi organizada ainda em dezembro. Em meados de janeiro começaram os primeiros afundamentos. Os mares do Caribe passaram a ser visitados a partir de maio, quando aumenta o raio de ação da ofensiva submarina graças ao uso de submarinos de abastecimento pelos alemães, chamados de “vacas leiteiras”. Nesses tempos, o alvo mais ansiado eram os navios tanques e petroleiros.

Justamente nesse mês, no dia 13, o petroleiro mexicano *Potrero del Llano* foi torpedeado na costa da Flórida. O naufrágio custou a vida de 14 dos 53 tripulantes, inclusive do comandante. A indignação foi grande, expressa na imprensa nacional e pelo próprio presidente Ávila Camacho que, nas condolências ao *Sindicato de Trabajadores Petroleros*, definiu a ação como

bárbaro recurso usado pelos inimigos da democracia. Os sobreviventes do navio destruído retornaram ao país por terra, parando e recebendo homenagens e condolências em diversas cidades. Protestos diplomáticos, por intermédio da legação mexicana na Suécia, foram feitos aos três países do Eixo, em razão da impossibilidade de se saber quem havia sido o agressor. O governo indicou até o dia 21 como prazo para receber, do agressor, satisfações sobre o ocorrido, bem como garantias de indenização pelo dano causado. Itália e Japão não responderam e a Alemanha negou-se a receber a nota. Antes do prazo dado, entretanto, outro petroleiro mexicano foi torpedeado no estreito da Flórida, na noite de 20 de maio. O ataque ao *Faja de Oro* causou a morte de nove de seus trinta e sete tripulantes. Os dois navios eram originalmente italianos, parte da frota apreendida em 1941 (Gleizer, 2016; Humphreys, 1982; Palencia, 1992).

Após reunião com o Conselho de Ministros, o presidente declarou existir um estado de guerra do México com os países do Eixo a partir do dia 22. Os ataques e a ausência de resposta pelos citados países pôs o México “entre a humilhação e a guerra” (Palencia, 1992, p. 57). No dia 24, uma multidão reuniu-se em frente ao palácio presidencial para homenagear os mortos. O Congresso aprovou a decisão presidencial, expedindo dois decretos em 1º de junho: um atestando o estado de guerra e outro suspendendo todas as garantias constitucionais individuais durante esse período, dando ao presidente poderes quase ditatoriais. Ávila Camacho demonstrou satisfação, em conversa particular, por não ter declarado guerra imediatamente depois de Pearl Harbor, mas esperado que as potências do Eixo tivessem fornecido a ele um *casus belli*. Assim o povo mexicano o apoiaria sem reservas (Humphreys, 1982, p. 41-42). A declaração de guerra mexicana não parece ter, entretanto, alterado a dinâmica de ataques dos U-boats na região. Eles prosseguiram, até que a capacidade de guerra anti-submarina das forças armadas norte-americanas os expulsassem desses mares. Até lá muitos mais navios mercantes foram afundados no Caribe e no Golfo do México, inclusive outros quatro navios mexicanos - *Tuxpam*, *Las Choapas*, *Oaxaca* e *Amatlan*. A maior parte deles o foi a poucas milhas do litoral mexicano ou norte-americano (Palencia, 1992).

O governo brasileiro também reconheceu estado de beligerância com

Alemanha e Itália em razão da ação de submarinos contra navios mercantes nacionais. A decisão foi tomada em 22 de agosto, formalizada em decreto presidencial no dia 31, em resposta aos ataques submarinos à navegação de cabotagem brasileira no litoral da Bahia e do Sergipe.

A posição do Brasil vis-à-vis a guerra guarda semelhanças com a de seu par da América do Norte, ainda que o governo do Rio de Janeiro não mostrasse igual retórica pró-estadunidense, pelo menos não antes da formalização da aliança com aquele país. O Brasil iniciou sua senda em direção à composição de interesses com os Estados Unidos com os acordos para empréstimos e auxílio técnico para construção da siderúrgica de Volta Redonda-RJ, assinados em Nova Iorque em setembro de 1940. Em face do desinteresse da *U. S. Steel Co.* no empreendimento e do uso, pelo presidente Getúlio Vargas, de uma oferta alemã para ajudar o Brasil nesse mister, o que a literatura denominaria como diplomacia pendular, o governo norte-americano apressou-se a resolver a questão (Alves, 2002; Corsi, 2000; Duarte, 1989). Não há como não cotejar o ocorrido com a solução acerca da nacionalização da exploração petrolífera no México. Ambas decisões beneficiaram os países Latino-Americanos e serviram como publicidade da Política de Boa Vizinhança de Roosevelt.

O uso de bases aéreas brasileiras para desdobramento do poder militar norte-americano também se assemelha. Guardando importância fulcral para a defesa hemisférica e posterior projeção militar norte-americana em direção aos campos de batalha no velho mundo, bases aéreas e navais, no Norte e Nordeste do Brasil, foram construídas e usadas pelos estadunidenses a partir de meados de 1941⁶. A presença de militares norte-americanos em território nacional também era um problema, como o foi no México. A questão foi resolvida após o rompimento de relações diplomáticas do Brasil com o Eixo, em 28 de janeiro de 1942, ao final da Terceira Reunião de Chanceleres Americanos. O alinhamento com os Estados Unidos foi sedimentado com os acordos de Washington, negociados pelo ministro da Fazenda Souza Costa, em março, e com a constituição de Comissões Mistas de Defesa Brasil-Estados Unidos em maio. Para efeitos práticos, os dois países estavam juntos na guerra, visto que, conforme atesta Gerson Moura, tudo que os Estados Unidos podiam esperar de

um país como o Brasil já era ou seria fornecido: “[...] apoio político, materiais estratégicos, bases e rotas aéreas, patrulhas aéreas e navais e eliminação da quinta coluna nazista” (Moura, 1996, p. 99).

Como visto, a Batalha do Atlântico atingiu o litoral leste norte-americano já em janeiro de 1942, com o desencadeamento da operação *Paukensschlag* - Rufar de Tambores. O Brasil, dotado da maior marinha mercante latino-americana, foi afetado desde o princípio da nova fase da Batalha. Em fevereiro, dias 16 e 18, os navios Buarque e Olinda foram atacados e afundaram próximos à costa estadunidense. Cumpriam plenamente as normas de navegação vigente para embarcações neutras. Estavam iluminados, com a bandeira pintada no costado e na popa, bem como visível também estava a indicação da nacionalidade na chaminé. O mexicano *Potrero del Llano* transitava nas mesmas condições quando foi atacado três meses depois. No início de março mais dois navios, o Arabutan e o Cairu, foram afundados por U-boats.⁷ Os dois já viajavam pintados de cinza, às escuras e sem identificação clara, visando à sua proteção. Protestos diplomáticos foram ignorados pelo governo alemão. A reação brasileira aos ataques foi a edição do decreto 4.166, que regulava indenizações por atos de agressão contra bens brasileiros. Além disso, houve incremento de prisões de cidadãos alemães e de outros cidadãos do Eixo no país. Vargas ordenou em março que nenhum navio mercante nacional deveria viajar para o litoral dos EUA até que este último assegurasse a defesa deles. Em abril, com auxílio norte-americano, muitos navios brasileiros foram artilhados (Alves, 2002; Gomes Filho, 2006; Rahmeier, 2009; Sander, 2007).

Os torpedeamentos não cessaram. Em 16 de maio o comando militar alemão liberou todos os navios mercantes sul-americanos, que estivessem artilhados, para ataque, com a exceção dos de bandeira argentina e chilena. Antes disso, porém, em 1º de maio, mais um navio brasileiro foi afundado, o Parnaíba. Naquele mesmo mês também foram atacados o Comandante Lira e o Gonçalves Dias. Em junho e julho houve outros cinco ataques e afundamentos. Foram a pique o Alegrete, o Pedrinhas, o Tamandaré, o Barbacena e o Piave. Dos oito navios torpedeados entre maio e julho, sete o foram no Caribe e arredores, quando a região e o Golfo do México, onde tinham sido atacados os petroleiros

mexicanos, mostravam-se como as mais promissoras para a ação por parte dos submarinistas alemães e italianos (Sander, 2007).

O ataque ao Comandante Lira foi especialmente grave e merece destaque. Perpetrado pelo submarino italiano *Barbarigo*, no dia 18 de maio, o ataque ocorreu próximo à costa nordeste do Brasil, a cerca de 180 milhas do arquipélago de Fernando de Noronha. O navio milagrosamente não foi a pique, tendo sido salvo por aeronaves e embarcações militares norte-americanas sediadas no Brasil. De acordo com o tenente-brigadeiro Deoclécio Lima de Siqueira, então oficial combatente da FAB, “[...] depois do ataque ao Comandante Lira, e dos submarinos encontrados, não restava dúvida de que vivíamos às vésperas de uma investida mais séria contra nossas costas” (Siqueira *apud* Gomes Filho, 2006, p. 66).

Em 28-30 de maio, Salgado Filho, ministro da FAB, divulgou a informação que aeronaves brasileiras haviam atacado submarinos do Eixo. O Alto Comando alemão, por seu turno, liberou para ataques, em julho, o litoral e qualquer navio brasileiro e a partir de seis de agosto as próprias águas territoriais brasileiras. A escalada culminou nos ataques do U-507 à navegação de cabotagem nacional entre 15 e 19 de agosto. Seis navios e 607 vidas foram perdidas. Os ataques de agosto causaram indignação e mobilização popular nunca antes vista. Os jornais unanimemente condenaram os ataques. Uma multidão foi até o Palácio Guanabara para ver o presidente no dia 18. A despeito de toda a recalcitrância do governo, ditadura com afinidades ideológicas com o nazifascismo e com militares em altos postos governamentais céticos sobre formalizar a guerra em razão da precariedade do poder bélico nacional, o clamor das ruas pedia uma resposta. No dia 22 a decisão de reconhecer o estado de guerra foi tomada (Campbell, 1993; Cruz, 2017; Pereira, 2015; Rahmeier, 2009).

À semelhança do caso mexicano, afundamentos de navios mercantes próximos ao litoral levaram os respectivos governos a formalmente entrarem na guerra. Diferente do México, o governo brasileiro resistiu a tomar tal decisão, mesmo após ter doze navios atacados até o início de agosto. O morticínio causado pelos ataques do U-507 no litoral brasileiro foi a gota d’água. Convém destacar,

entretanto, que as injunções da Batalha do Atlântico impulsionavam o esforço ofensivo alemão mais e mais para mares menos protegidos e para a ampliação de presas a serem afundadas. As autoridades alemãs tinham reconhecido isso já em maio, quando destacaram que somente navios chilenos e argentinos, os dois únicos países do hemisfério ocidental a manter relações diplomáticas com o Eixo, deveriam ter suas neutralidades, em termos navais, respeitadas. Após a declaração de guerra, outros treze navios mercantes brasileiros seriam afundados; a maior parte, em águas próximas ao litoral brasileiro.

A Argentina discrepa dos dois casos anteriores, uma vez que manteve relações diplomáticas com os países do Eixo até janeiro de 1944 e declarou guerra à Alemanha e ao Japão somente em 1945, em razão das pressões norte-americanas. O país, entretanto, também teve navios atacados por submarinos nos mares do hemisfério ocidental a partir do início de 1942. Isso não foi suficiente para mudar sua posição de neutralidade. Vejamos por que.

A Argentina não fugia do padrão regional geral, estruturando-se como economia primário-exportadora. Diferente do México e do Brasil, no entanto, o principal mercado para os produtos exportados, principalmente carne e cereais, era a Europa, em especial o Reino Unido, não os Estados Unidos. Os planos estadunidenses para construção e uso de aeroportos em países Latino-Americanos visando à defesa hemisférica, pensados por seus militares antes do início da guerra, em 1939, não englobavam a Argentina devido a sua posição geográfica no extremo sul do hemisfério ocidental. Tais características davam ao país maior capacidade de resistir às políticas norte-americanas que visavam à construção de sua esfera de poder no continente. Compunha o quadro o fato de o presidente Ramón Castillo, vice de Roberto Ortiz, que teve de se licenciar da presidência em junho de 1940 por motivos de saúde, ser advogado de uma posição de neutralidade mais dura e, por vezes, até pró-Eixo.⁸ Isso foi marcante, em especial, durante a chancelaria de Enrique Ruiz Guiñazú, de junho de 1941 a junho de 1943 (Conn; Fairchild, 2000; Ferrer, 2013; Luna, 1996; Tulchin, 1990).

A posição argentina na Terceira Reunião de Chanceleres Americanos foi

a grande causa para mudança na redação da declaração conjunta no fim do encontro, onde a ruptura de relações diplomáticas com o Eixo deixou de ser obrigatória para tornar-se uma recomendação. Argentina e Chile mantiveram suas relações com Alemanha, Itália e Japão. Simultaneamente, portanto, à chegada dos primeiros submarinos à costa norte-americana, apenas os dois países mais ao sul do hemisfério prosseguiram formalmente neutros na guerra.

As necessidades táticas inerentes à guerra submarina, na qual o agressor deve ser furtivo e evadir-se o mais rapidamente possível após atacar, conspurcaria, em 1942, a neutralidade argentina no mar em duas ocasiões.⁹ A primeira vez ocorreu em 17 de abril, quando o petroleiro *Victoria* foi torpedeado a 300 milhas da costa estadunidense, quando se dirigia ao porto de Nova Iorque. Levava carga de cereais e, no retorno, traria petróleo. O ataque ocorreu a despeito de o navio estar bem iluminado e identificado – como também estavam os brasileiros *Olinda* e *Buarque*, afundados nessa área em fevereiro, e o mexicano *Potrero del Llano*, em maio. A embarcação não afundou e conseguiu prosseguir viagem até seu destino. Houve protestos brandos por parte do governo argentino. A Alemanha desculpou-se pelo erro cometido e ofereceu indenização pelos danos causados. Dado importante: nenhum dos 39 tripulantes morreu ou foi ferido em consequência do ataque. Distinto foi o ocorrido em 22 de junho, quando o navio *Rio Tercero* foi torpedeado em dia claro, depois de sair de Nova Iorque. Ele afundou e cinco dos seus 42 tripulantes morreram. A reação alemã foi similar. Desculpas e promessa de indenização. A indignação por parte da opinião pública dessa vez foi maior. Protestos em Buenos Aires ocorreram e alguns políticos pediram mesmo o estado de beligerância com o Eixo. A Câmara de Deputados nacional serviu como caixa de ressonância. Houve, inclusive, homenagem aos mortos pelo torpedeamento, com todos os deputados de pé. O chanceler foi convocado a prestar esclarecimentos sobre o fato e sua atitude pró-neutralidade luziu. A despeito disso, o evento serviu para mobilizar e fortalecer os setores políticos nacionais pró-Aliados. Associações e grêmios estudantis demonstraram sua revolta em protestos, à semelhança do ocorrido no México e no Brasil (Castrillón; Casabal, 2013; Ferrer, 2013; Humphreys, 1982).

O governo argentino prosseguiu neutro e tacitamente acatou as orientações

alemãs de somente comerciar com os Estados Unidos a partir de portos no sul do país, no Golfo do México, como Nova Orleans, Galveston e Mobile. Reconhecia, assim, como efetivo o bloqueio submarino alemão no Atlântico Norte. Em consequência, nenhum outro incidente ocorreu. A política externa do Reich era taxativa em subordinar suas operações navais no Atlântico à orientação maior de manter a Argentina, e também o Chile, neutros. Em julho de 1942, Karl Dönitz teve negada sua demanda para operar no estuário do Prata, região com numerosos navios refrigerados com carne argentina que se dirigiam ao mercado britânico. O veto foi do Ministro das Relações Exteriores alemão, von Ribbentrop. A diplomacia alemã não permitiria quaisquer ataques a embarcações na região visto que eles provavelmente levariam a manifestações contra o Eixo na Argentina, comprometendo sua neutralidade (Castrillón; Casabal, 2013; Dönitz, 1997; Humphreys, 1982).¹⁰

Sintetizando o argumento

Após narrar os fatos mais importantes sobre o tema aqui recortado, vale sintetizar as informações. É isso que o quadro abaixo faz.

Quadro 1 - I- Ataques a navios mercantes e posicionamento político na guerra em 1942/43

País/situação	Navios atacados (período, nomes e tonelagem total afundada)	Mortes	Principal localização dos ataques
México/não-beligerante-casus belli	2 (Maio/42- <i>Potrero del Llano</i> e <i>Faja de Oro</i> – 12.200 t)	24	Golfo do México
México/em guerra	4 (Junho-Setembro/42 - <i>Tuxpam, Las Choapas, Oaxaca</i> e <i>Amatlan</i> – 19.870t)	18	Golfo do México
Brasil/não-beligerante	12 (Fevereiro-Julho/1942- <i>Buarque, Olinda, Arabutan, Cairu, Parnaíba, Comandante Lira, Gonçalves Dias, Alegrete, Pedrinhas, Tamadaré, Barbacena, Piave</i> – 55.600t)	81	Litoral dos Estados Unidos e Caribe
Brasil/casus belli	6 (Agosto/1942- <i>Baependi, Araraquara, Aníbal Benévolo, Itagiba, Arará, Jacira</i> – 14.900t)	607	Litoral Brasileiro
Brasil/em guerra	13 (Setembro/1942-Outubro/1943- <i>Osório, Lages, Antonico, Porto Alegre, Apaloide, Brasilóide, Afonso Pena, Tutóia, Pelotaslóide, Shangri-lá, Bagé, Itapagé e Campos</i> – 48.700t)	239	Litoral Brasileiro
Argentina/neutra	2 (Abril-Junho/1942 - <i>Victoria</i> e <i>Rio Tercero</i> – 4.900 t)	5	Litoral dos Estados Unidos

Fonte: Helgason,([2023]), Sander (2007) e Palencia (1992).

Um total de 39 navios mercantes dos três países foram torpedeados. A área em que ocorreram os ataques guarda perfeita correlação com o padrão geográfico de ação dos submarinos do Eixo no litoral hemisférico. Nos primeiros seis meses de 1942, os torpedeamentos concentram-se no Atlântico Norte, primeiro no litoral leste norte-americano e, a partir de maio, no Golfo do México e Caribe. Nessas regiões, 19 navios, brasileiros, mexicanos e argentinos, foram atacados. Os últimos foram os únicos a contarem com escusas diplomáticas pelos ataques por parte do governo alemão. A recém-constituída capacidade antissubmarino estadunidense – com patrulhas aeronavais e formação de comboios, obrigou a maior parte dos submarinos do Eixo a abandonar tais águas no segundo semestre de 1942.

A partir de agosto o litoral brasileiro será o *locus* primordial dos ataques. Além dos seis navios afundados nesse mês, mais dez, todos brasileiros, foram atacados na região até outubro de 1943. O Atlântico Sul jamais teve importância equivalente ao norte em termos de tráfego de bens e commodities aliado durante a guerra. A Batalha do Atlântico, do ponto de vista do Eixo, implicava na interrupção das linhas de suprimento naval no Atlântico Norte. Depreende-se, portanto, por que uma vez vedada a facilidade de abate de navios nos mares litorâneos da América do Norte, os U-boats concentraram suas atividades novamente contra os comboios aliados no centro do Atlântico Norte (Rohwer, 1982). Isso ocorreu a partir do segundo semestre de 1942 até fins de maio de 1943, quando a taxa de perdas de submarinos fez com que o almirante Dönitz ordenasse o abandono também dessa região, fato que a historiografia marca como a vitória aliada nessa batalha (Kennedy, 2014).

A menor importância do Atlântico Sul, entretanto, não o livraria de ataques. O sucesso da guerra submarina estava no afundamento do maior número de navios/tonelagem de carga possível, e o ethos dos comandantes de submarino vinculava-se a isso, considerando-se ases aqueles com o maior número de navios/tonelagem afundada. A lógica dessa guerra, portanto, era ter o maior número de alvos a disposição. Em razão do comprometimento brasileiro com o esforço de guerra norte-americano, portanto, ataques a navios brasileiros e ações no litoral do país eram questão de tempo. Ocorreram, como sabemos, em

agosto, mas em maio uma prévia já havia acontecido, não tendo maior relevo em razão do navio não ter ido a pique e do pequeno número de mortes.

O argumento aqui trazido se contrapõe a interpretações recentes sobre os ataques do U-507 no litoral brasileiro, presentes em Monteiro (2013) e Pereira (2015), cujos trabalhos, já em seus títulos/subtítulos – “o submarino que afundou o Brasil” e “o ataque alemão que mudou o curso da Segunda Guerra Mundial” – dão destaque exagerado a ações individuais que se inserem em um contexto maior de guerra. Não há dúvida de que foi a decisão do comandante Harro Schacht, que pediu permissão para atuar no litoral nordeste do Brasil e ali atacou violentamente a navegação de cabotagem brasileira, a causa imediata para posterior declaração de guerra pelo Brasil. Entretanto, em razão da dinâmica da Batalha do Atlântico naquele momento, da posição brasileira na guerra, e levando-se em consideração que navios e litoral brasileiro já haviam sido liberados como alvos para ataques pelo alto comando alemão é razoável afirmar que, não fosse Schacht, outro submarinista alemão levaria o país a guerra.¹¹

A interpretação de Palencia, 1992 sobre o ataque ao *Potrero del Llano* pelo U-564, comandado por Reinhard Suhren, traz aspectos semelhantes quanto ao papel individual de um comandante de submarino na questão. Nas suas palavras,

Adolf Hitler não havia ordenado desencadear a guerra contra o México; nem o Almirante Raeder, chefe da *Kriegsmarine*; nem o Almirante Doenitz, comandante da força submarina alemã. [Foi] o tenente Reinhard Suhren que tomou a decisão de afundar o *Potrero del Llano* sob sua exclusiva responsabilidade (Palencia, 1992, p. 173).¹²

Sua pesquisa mostra, no entanto, que Suhren, a despeito de citar a presa destruída em suas memórias, não indicou no relato sua nacionalidade ou problematizou tal situação. Palencia entrevistou também o oficial engenheiro do U-564, Ulrich Gabler. Em dado momento, ele externa a seu interlocutor que nem ele, nem o comandante Suhren, jamais tiveram “[...] consciência da

importância que o afundamento do *Potrero del Llano* teve para vocês, mexicanos” (Palencia, 1992, 110-124).

Como visto, a partir de maio o Golfo do México tornou-se área de grande atividade dos U-boats. Aproximadamente uma semana após o afundamento do *Potrero del Llano*, outro submarino, o U-106, comandado por Herman Rasch, atacou e destruiu o *Faja de Oro*. A pequena marinha mercante do México, que operava basicamente em áreas próximas ao seu litoral, sofreria outras quatro perdas até setembro, quando o número de afundamentos na região diminuiu em virtude da dinâmica da guerra no Atlântico já apresentada.

O comandante Suhren é descrito em dado momento como um oficial ousado, impulsivo, com instinto de caçador (Palencia, 1992). Lembremos que nessa guerra o caçador podia virar caça rapidamente. Todos os ases submarinistas eram dotados de tais atributos. O epíteto cabe também aos comandantes Harro Schacht e Adalbert Schnee, esse último responsável pelo ataque ao petroleiro argentino *Victoria*, em abril.¹⁵ O governo alemão, como já visto, desculpou-se e envidou esforços para não cometer mais equívocos semelhantes. Apesar disso, o *Rio Tercero* foi torpedeado em junho, o que reforça a lógica subjacente à guerra submarina: “afundar o maior número de navios possível da forma mais econômica” (Dönitz *apud* Pereira, 2015, p. 210). Por seu turno, o governo argentino esforçou-se em obedecer às regras impostas aos neutros pelo Eixo para navegação no Atlântico. A frota mercante estatal argentina, que se constituiu em outubro de 1941, formada primordialmente por navios italianos fundeados no país e adquiridos legalmente, pôde atuar ao longo da guerra de modo relativamente tranquilo. O estuário do Prata, palco em dezembro de 1939 de um famoso combate naval de superfície entre alemães e britânicos, também foi poupado da ação dos U-boats, apesar de saírem dali navios refrigerados abastecidos com carne congelada com destino ao Reino Unido, responsáveis por 40% do consumo do país durante a guerra (Castrillón; Casabal, 2013; Tulchin, 1990).

Entendida a dinâmica própria do sistema internacional em guerra que levou México e Brasil a declararem beligerância no momento em que o fizeram, há

um aspecto, já mencionado, que diferencia os dois países e que salta aos olhos. Enquanto o reconhecimento da beligerância mexicana se deu após dois navios destruídos, cerca de 12.000t afundadas e 24 mortes, a brasileira ocorreu após 18 ataques, mais de 70.000t afundadas e 688 mortes. Poder-se-ia afirmar que a correlação correta não seria entre declaração de guerra/navios atacados, mas entre declaração de guerra/baixas fatais em navios atacados no litoral nacional. Recortando-se dessa forma a amostra, teríamos uma situação em que, até agosto, o Brasil teria apenas um navio torpedeado com duas mortes.

Essa, entretanto, não parece ser a correlação correta. Um aspecto interno, próprio à estrutura política dos Estados analisados, ganha relevo. Dos três países, apenas o Brasil era uma ditadura. Sem parlamento, sem partidos políticos organizados, sem sindicatos autônomos, com imprensa submetida à censura, o Estado Novo varguista tinha muito mais controle sobre o processo decisório do que os regimes mexicano e argentino. A voz das ruas, revoltada com os ataques, era potencializada por intermédio de instituições democráticas de representação da sociedade, no México e na Argentina, pedindo guerra ao presidente Camacho e obrigando o chanceler Ruiz Guiñazú a justificar a manutenção da neutralidade do país no Congresso Nacional. Já no Brasil a repressão e a censura dificultavam a manifestação popular de repúdio aos ataques, enquanto o governo equilibrava-se entre atores partidários por mais envolvimento nacional no esforço de guerra norte-americano e aqueles defensores da neutralidade, mesmo que imperfeita. A blitz no litoral nordestino pelo U-507, deixando mais de seiscentos mortos, solucionou a questão com suas manifestações de massa a favor da guerra, lideradas principalmente por organizações estudantis.

O exemplo a reforçar tal interpretação dos acontecimentos é a própria declaração de guerra do Brasil à Alemanha, feita em 1917, durante a Primeira Guerra Mundial. A causa da beligerância também foram reiterados torpedeamentos de navios mercantes, após a Alemanha declarar guerra submarina irrestrita contra a navegação comercial que se dirigia aos portos de seus inimigos e que também atingiu navios mercantes de países neutros. Depois de quatro ataques à marinha mercante brasileira, o governo de

Wenceslau Brás pediu autorização ao Congresso para reconhecer o estado de guerra contra o Império Alemão, aprovado em 26 de outubro. Destaque-se que todos os afundamentos ocorreram no litoral da Europa ocidental – o comando de submarinos de então não tinha, salvo nos meses finais da guerra, nem condições técnicas, nem interesse estratégico de operar nos mares do hemisfério ocidental como o faria em 1942 – e redundaram em quatro mortos e dois desaparecidos. O Brasil então se configurava como uma democracia formal, a despeito dos problemas que tal conceito guarda vis-à-vis parâmetros mais contemporâneos de democracia. Pressões populares e oposição ativa levaram o governo a reagir de modo assertivo a cada um dos ataques perpetrados aos seus navios. O primeiro deles, o afundamento do Paraná, em quatro de abril, provocou a ruptura de relações diplomáticas com a Alemanha. Mais do que isso, as pressões da grande imprensa e da oposição tiveram sucesso, no início de maio, em afastar Lauro Müller, descendente de alemães e acusado de germanófilo, do cargo de Ministro das Relações Exteriores. Nesse mesmo mês, nos dias 20 e 22, foram atacados os cargueiros Tijuca e Lapa. A consequência foi a decretação do fim da neutralidade brasileira em face da guerra EUA-Alemanha, levando a abertura dos portos nacionais aos navios de guerra norte-americanos, e também ao confisco dos navios mercantes alemães internados em portos brasileiros desde o início da guerra, em agosto de 1914. Em julho uma divisão naval estadunidense chegou ao porto do Rio de Janeiro e, no dia quatro, marinheiros norte-americanos desfilaram na Avenida Rio Branco sob aplausos da multidão. A situação do Brasil no sistema internacional então, usando terminologia do conflito futuro, passara da neutralidade estrita para uma neutralidade beligerante. O ataque ao vapor Macau em outubro, um dos navios alemães confiscados, foi o *casus belli* (Almeida, 2022; Daróz, 2016; Leal, 2019).

O Brasil de 1917, portanto, com quatro navios atacados, quase 12.000t afundadas e seis baixas, assemelha-se mais ao México de 1942 do que ao Brasil estadonovista nesse particular. O regime político dos países em pauta, democrático ou autoritário, é variável interveniente importante para o entendimento das posições políticas adotadas em face dos ataques navais,

esses últimos dirigidos pela dinâmica do grande conflito mundial que ocorria no Oceano Atlântico.

Conclusão

Tomando empréstimo da famosa frase de Karl Marx, que abre e serve de epígrafe deste artigo, os governantes dos três países Latino-Americanos aqui tratados foram os responsáveis pelas posições que tomaram, mas assim o fizeram a partir das circunstâncias dadas pelo sistema internacional. A partir da reeleição de Franklin Roosevelt e de sua decisão de preparar os Estados Unidos para tomar parte ativa no grande conflito mundial que se desenrolava, uma das condições prévias era a consolidação de seu bloco de poder sobre todo o hemisfério, preparando-o para a defesa continental. Os planos para isso existiam desde 1939 e foram paulatinamente postos em prática em 1940 e, especialmente, 1941. México e Brasil tinham papel destacado nesse planejamento. A política externa estadunidense de Boa Vizinhança, disposta a habilmente negociar alianças com os países estrategicamente importantes da região, premiou os governos do México e do Brasil com ganhos substanciais nesse processo.

Os dois países, por seu turno, apresentaram-se como aliados no momento em que os norte-americanos formalmente lançaram-se à guerra. Contribuíram com o esforço de guerra estadunidense com o que lhes era cabível e, nesse processo, tornaram-se alvo das armas do Eixo que, em 1942, atingiram navios mercantes e o litoral desses países. Envolveram-se na “guerra dos outros”, na original acepção de MROS, 2023. Poderiam ter feito diferente? No arrazoado aqui desenvolvido a resposta é: dificilmente. A Argentina, entretanto, manteve-se neutra. Convém recordar que ela era um dos países menos importantes para a defesa estratégica hemisférica e tinha vínculos comerciais e financeiros primordialmente com o Reino Unido. Em razão desses aspectos sistêmicos, apresentava maior autonomia política relativa, o que, na ocasião, possibilitou-a prosseguir neutra no conflito. Mesmo assim, conforme a guerra caminhou para seu deslinde final e as pressões norte-americanas fizeram-se mais fortes, a Argentina também rompeu relações diplomáticas e, no apagar das luzes,

declarou guerra ao Eixo.

A epígrafe serve também como lembrança para interpretações personalistas de ações militares que se inserem em um quadro político-estratégico maior. Dificilmente há, na história dos grandes conflitos, operações voluntaristas que, *per se*, provocam consequências inesperadas. Grandes potências não fazem inimigos inadvertidamente. Os comandantes de submarinos do Eixo, operando no hemisfério ocidental em 1942, tinham orientações gerais de atuação, mas, também, conheciam seu ofício e os perigos inerentes a ele. Esforçaram-se para poupar navios e costa de países formalmente neutros importantes, como eram os Estados Unidos, até dezembro de 1941, e a Argentina durante a maior parte da guerra. Ainda assim, equívocos ocorreram e houve, nesses casos, esforço diplomático para diminuir tensões. Nada semelhante aconteceu no que concerne às agressões navais a México e Brasil, vistos, corretamente, como países pilares no esforço de guerra dos Estados Unidos no continente americano. Aos governos desses Estados, portanto, restou tão somente tomar a derradeira ação de formalizar as respectivas beligerâncias, constituídas sistemicamente. O México, de modo assertivo; o Brasil, recalcitrantemente.

Referências

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *Da guerra à diplomacia: a história da divisão naval brasileira na grande guerra*. Rio de Janeiro: Letras Marítimas, 2022.

ALVES, Vágner Camilo. *Da Itália à Coreia: decisões sobre ir ou não à guerra*. Rio de Janeiro: Editoria da UFMG: IUPERJ, 2007.

ALVES, Vágner Camilo. *O Brasil e a segunda guerra mundial: história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

BAZÚA, Alejandra Gonzáles. Los tiempos de guerra desde outra latitude. México ante el mundo em la segunda guerra mundial. claves para su periodización. *Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM*, Ciudad de México, n. 131, p. 181-196, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.unam.mx/index.php/rri/article/view/65922>. Acesso em: 14 jun. 2023.

CAMPBELL, Herbert. *A marinha mercante na segunda guerra: recordações de sua luta*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CASTRILLÓN, Ernesto G.; CASABAL, Luis. *Tras la estela de los lobos grises: submarinos nazis en la costa argentina*. Buenos Aires: Distal, 2013.

CONN, Stetson; FAIRCHILD, Byron. *A estrutura de defesa do hemisfério ocidental*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

CORSI, Francisco Luiz. *Estado novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

CRUZ, Luiz Antônio Pinto. *A guerra do Atlântico na Costa do Brasil: rastros, restos e aura dos U-boats no litoral de Sergipe e da Bahia (1942-1945)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/2909>. Acesso em: 14 jun. 2023.

DARÓZ, Carlos. *O Brasil na primeira guerra mundial: a longa travessia*. São Paulo: Contexto, 2016.

DÖNITZ, Karl. *Memoirs: ten year and twenty days*. New York: Da Capo Press, 1997.

DUARTE, Carlos Sérgio Sobral. A política externa brasileira de 1934 a 1942: diplomacia “pendular” ou hegemonia americana?. *Cadernos do IPRI*, Brasília, n. 2, p. 17-27, 1989. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/cadernos-do-ipri-num-02.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

ESCODÉ, Carlos. *El boicot norteamericano a la Argentina en la década del 40*. Buenos Aires: CEDAL, 1988.

FERRER, Jorge Luiz P. *Análise das políticas externas da Argentina e do Brasil em relação à Alemanha, Itália e os Estados Unidos da América durante a segunda guerra mundial (1939-1945)*. 2013. Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=630415. Acesso em: 14 jun. 2023.

GLEIZER, Daniela. Las relaciones entre México y el tercer reich, 1933–1941. *Tzintzun*, San Nicolás de Hidalgo, n. 64, p. 223-258, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://>

www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1870-719X2016000200223&script=sci_abstract. Acesso em: 14 jun. 2023.

GOMES FILHO, Elísio. U-507: um estudo interpretativo das ações de um submarino alemão nas águas do Brasil. *Navigator*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 56-71, maio 2006. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/206>. Acesso em: 14 jun. 2023.

HELGASON, Gudmundur. Sobre. *Uboat.net*, Reykjavik, [2023]. Disponível em: <https://uboa.net/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

HUMPHREYS, Robert Arthur. *Latin America and the Second world war: volume two 1942-1945*. London: Athlone, 1982.

HUMPHREYS, Robert Arthur. *Latin America and the Second world war: volume one 1939-1942*. London: Athlone, 1981.

KEEGAN, John. *The battle for history: re-fighting world war II*. New York: Vintage Books, 1996.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KENNEDY, Paul. *Engenheiros da vitória: os responsáveis pela reviravolta na segunda guerra mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Shuster, 1994.

LEAL, Ricardo José Lustosa. Atlântico Sul: brasileiros na grande guerra. In: PRIORI, May del; DARÓZ, Carlos (org.). *A história do Brasil nas duas guerras mundiais*. São Paulo: Editora da Unesp, 2019.

LUNA, Felix. *Breve historia de los argentinos*. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1996.

MASON, David. *Submarinos alemães: a arma oculta*. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1975.

MCCANN JR., Frank D. *Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937/1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MONTEIRO, Marcelo. *U-507: o submarino que afundou o Brasil na segunda guerra mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2013.

MOURA, Gerson. O Brasil na 2. guerra mundial: 1942-1945. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de (org.). *Sessenta anos de Política Externa Brasileira 1930-1990: crescimento, modernização e política externa*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996. v. 1.

MROS, Günther Richter. *O Brasil nas guerras dos outros: uma história sobre o envolvimento brasileiro nas duas guerras mundiais e o interesse nacional em meio a ressignificações sistêmicas (1914-1919 e 1930-1945)*. Itapiranga: Schreiben, 2023.

PALENCIA, Mario Moya. *Mexicanos al grito de guerra!*. Ciudad de México: Grupo Editorial Miguel Ángel Porrúa, 1992.

PEREIRA, Durval Lourenço. *Operação Brasil: o ataque alemão que mudou o curso da segunda guerra mundial*. São Paulo: Contexto, 2015.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry. *Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2299>. Acesso em: 14 jun. 2023.

ROHWER, Jurgen. Operações navais da Alemanha no litoral do Brasil durante a segunda guerra mundial. *Navigator*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 3-38, set. 1982. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/1064>. Acesso em: 14 jun. 2023.

SANDER, Roberto. *O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

SCHULER, Friedrich. *Mexico between Roosevelt and Hitler: mexican foreign relations in the age of Lázaro Cárdenas, 1934-1940*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1998.

TULCHIN, Joseph. *Argentina and the United States: a conflicted relationship*. Boston: Twayne Publishers, 1990.

WEINBERG, Gerhard L. *A world at arms: a global history of world war II*. New York: Cambridge University Press, 1994.

ZAGNI, Rodrigo Medina. As “águias astecas” vão à guerra: as relações entre México e Estados Unidos durante a segunda guerra mundial e no contexto das

relações interamericanas. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 10., 2012, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: ANPHLAC, 2012. Disponível em: https://files.comunidades.net/forum-historiae/ZAGNI,_Rodrigo_Medina;_As_aguias_astecas_vao_a_guerra.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

Notas

¹Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ (2005); Professor associado do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense - INEST/UFF.

²Não obstante a validade como um todo da citação, convém corrigir algumas imprecisões. A Argentina foi, de fato, o último dos países Latino-Americanos a declarar guerra a um ou mais Estados do Eixo. Ela o fez, entretanto, não em 8 de fevereiro, mas no dia 27 de março de 1945, e a declaração foi feita ao Japão e Alemanha (Humphreys, 1982, p. 197). Portugal franqueou algumas ilhas no arquipélago dos Açores para uso por britânicos e norte-americanos não em 1941-42, mas nos meses finais de 1943 (Alves, 2007, p. 81).

³De acordo com quadros comparativos apresentados por Paul Kennedy, os Estados Unidos, em 1938, eram os maiores produtores de aço e os maiores consumidores de energia do mundo. Tinham também o maior potencial industrial entre todas as grandes potências, cerca de duas vezes e meia o da Alemanha, a segunda maior (Kennedy, 1989, p. 197-198).

⁴Diferente do ocorrido na Primeira Guerra Mundial, o governo alemão esforçou-se para que sua guerra submarina contra a navegação comercial aliada não trouxesse os Estados Unidos formalmente para a guerra. Incidentes, entretanto, ocorreram, em razão do papel cada vez mais ativo da marinha norte-americana no Atlântico. Após entrevero em setembro de 1941 entre um destróier americano e um U-boat, passou a existir uma guerra não-declarada, no mar, entre os Estados Unidos e a Alemanha (Mason, 1975).

⁵Não sem motivos os dois são os únicos Latino-Americanos a terem capítulos exclusivamente dedicados no clássico trabalho de Conn e Fairchild (2000), sobre a constituição da defesa hemisférica durante a guerra. O livro, história oficial sobre o tema, foi originalmente escrito em 1958.

⁶Parnamirim, nos arredores de Natal-RN, revelar-se-ia uma das maiores bases aéreas dos Estados Unidos fora do seu território durante a guerra. Milhares de aeronaves passaram por ali em direção a bases aliadas do outro lado do Atlântico. Recebeu, por isso, a alcunha de “Trampolim para a Vitória” e, segundo McCann, “sem ela, os problemas de suprimento em 1941 e 1942 teriam sido insuplantáveis” (McCann, 1995, p. 194).

⁷O navio mercante *Cabelo* desapareceu em fevereiro e seu paradeiro é um mistério até hoje. A hipótese mais aceita é a de que ele foi atacado e afundado pelo submarino italiano *Leonardo da Vinci*, provavelmente no dia 25/2. Toda sua tripulação foi perdida (Sander, 2007).

⁸Carlos Escudé afirma que as relações da Argentina com os Estados Unidos durante e logo após a guerra tiveram impacto importante na estabilidade política e desenvolvimento econômico do país. Sua posição de neutralidade não foi pró-Eixo, mas sim anti-estadunidense e pró-britânica. A um histórico de relações conflitivas, existente desde

fins do século XIX, somava-se a pouca relevância comercial e estratégica da Argentina para Washington, como comentado, e a decadência britânica na região do Prata, ocorrida simultaneamente a constituição da hegemonia dos Estados Unidos sobre todo o continente americano. Tais fatores possibilitaram o governo de Buenos Aires a exercer a política externa mais autônoma na região, tornando-se, ao mesmo tempo, um “pária” no continente (Escudé, 1988).

⁹No início da guerra, em maio de 1940, o mercante *Uruguay*, em viagem para a então neutra Bélgica, foi afundado por um U-Boat que julgou que ele carregava mantimentos para beligerantes. Pôs antes sua tripulação a salvo em botes salva vidas. A opinião pública argentina protestou, mas o fato de não haver nenhuma perda de vida minorou o choque diplomático (Castrillón; Casabal, 2013).

¹⁰Há diversos relatos de tripulantes de navios argentinos atestando como os submarinistas alemães buscaram poupar suas embarcações. Julio Frutos, por exemplo, recorda de alguns encontros com U-boats, onde o comandante alemão, averiguando nacionalidade e cargas do navio, autorizou o prosseguimento da viagem. Em uma delas, o submarinista alemão pediu desculpas pelo incômodo e presenteou o comandante do navio argentino, o *Rio Juramento*, um velho vapor de procedência alemã, com duas garrafas de champanhe (Castrillón; Casabal, 2013).

¹¹Logo no mês seguinte aos ataques do U-507, no dia 27, os vapores Osório e Lajes, partindo de Belém em direção a Nova Iorque, foram afundados pelo U-514 próximos a foz do rio Amazonas. Em 28, o mercante Antonico foi torpedeado no litoral da Guiana Francesa pelo U-516. Esse último ataque resultou em 16 mortes, uma vez que a tripulação foi metralhada pelo agressor quando ocupavam os escaleres salva-vidas (Sander, 2007). Na eventual ausência dos ataques do U-507, Hans Jürgen Aufferman ou Gehard Wiebe, respectivamente comandantes do U-514 e U-516, poderiam ocupar o lugar de Schacht.

¹²Assim Pereira finaliza seu capítulo dedicado aos ataques do U-507: “[...] a ordem imediata e decisiva da entrada do Brasil no conflito não pode ser imputada isoladamente a Hitler, a Raeder, a Dönitz ou a um capricho do destino [...] O massacre nas águas do litoral nordestino aconteceu graças à iniciativa pessoal do capitão de corveta Harro Schacht” (Pereira, 2015, p. 217). Escrito mais de duas décadas depois de Palencia, salta aos olhos a similaridade de interpretação.

¹³De acordo com o site especializado Uboat.net, Suhren, em seis missões, foi responsável pelo afundamento de 18 navios mercantes e um navio de guerra – total de 96.444t; Schacht, em quatro missões, destruiu 19 navios mercantes – total de 77.143t; e Schnee, responsável pelo ataque ao petroleiro argentino Victoria, destruiu, em 12 patrulhas, 21 navios mercantes e dois navios de guerra – total de 95.889t (Helgason, [2023]).